

Governador deverá convocar Câmara

O governador Cristovam Buarque deve convocar a Câmara Legislativa para uma nova votação do aumento do IPTU, suspenso pela Justiça. Ele recebeu aprovação de sua bancada no Legislativo para essa decisão.

Ontem, durante um café da manhã, em Águas Claras, Cristovam apelou para que os deputados que votaram a favor do aumento no dia 14 permaneçam no Distrito Federal pelo menos até domingo.

Domingo é o último dia para votar qualquer lei que altere valores de impostos. Isso porque a Constituição determina que leis dessa natureza só entrem em vigor no ano seguinte ao de sua aprovação.

“Os deputados se prontificaram a ficar na cidade”, afirma o distrital Rodrigo Rollemberg (PSB).

Xavier — A reunião da bancada governista foi ampliada com a presença dos deputados Adão Xavier (sem partido) e César Lacerda (PTB), que votaram com o governo na questão do IPTU.

O líder do PT, deputado Antônio Cafu, estava em Goiânia e não chegou a tempo de comparecer ao encontro. Mais tarde, disse ao presidente da Câmara, Geraldo Magela

(PT), que atenderá ao pedido de Cristovam.

O governador defendeu que a prerrogativa de convocar a Câmara é dele, descartando a possibilidade de Magela promover uma autoconvocação do Legislativo.

Se tomar a iniciativa de interromper as férias dos deputados, o governo será obrigado a desembolsar pelo menos R\$ 144 mil para pagar um mês de salário adicional aos 24 parlamentares.

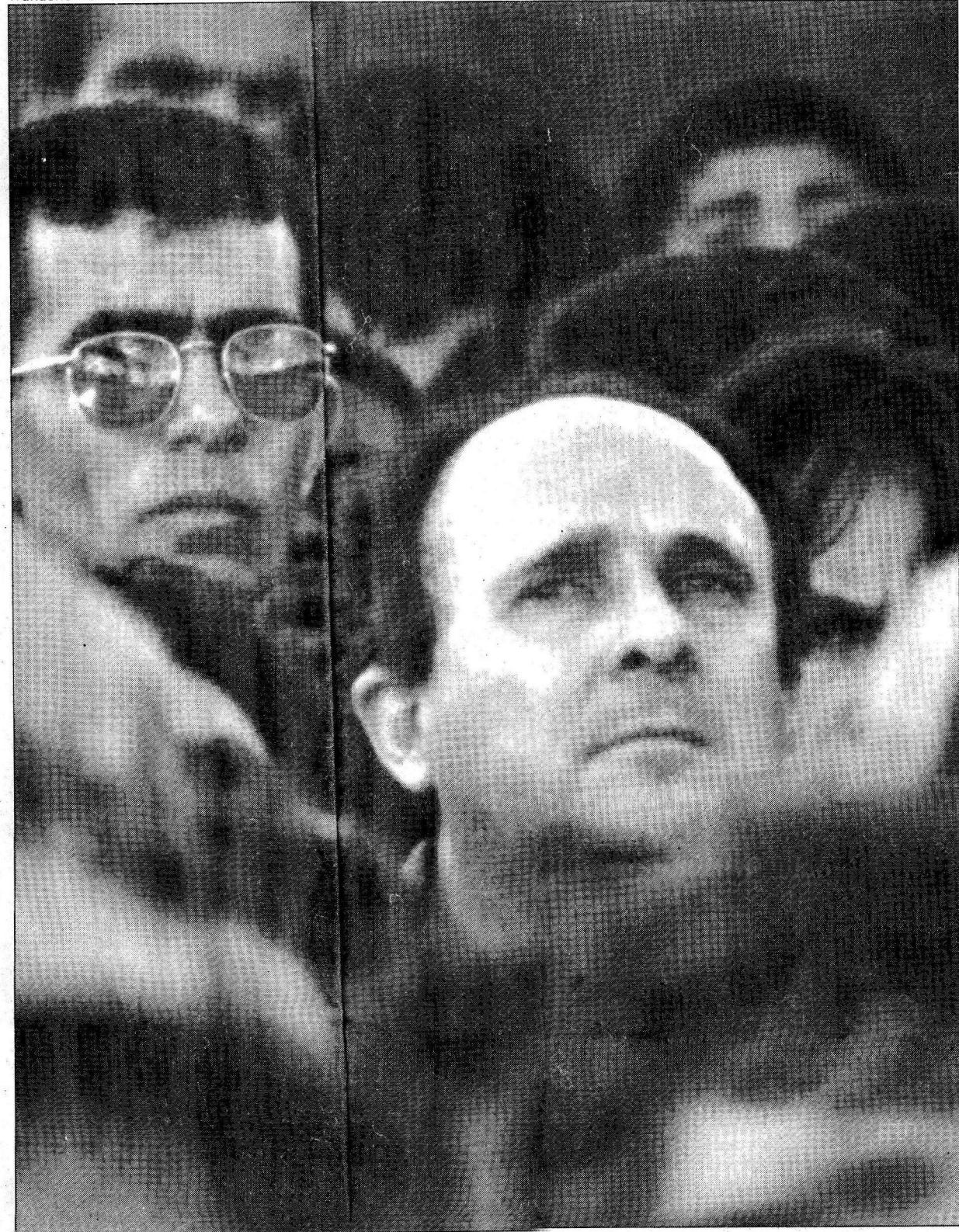
Justiça — Quem fará Cristovam decidir-se ou não pela convocação é o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O governador espera que o STJ se decida até amanhã pela suspensão da liminar — concedida ao PMDB pelo Tribunal de Justiça do DF — que tornou nula a lei que aumentou as alíquotas do IPTU.

A liminar concordou com o PMDB ao alegar que a votação que aprovou a lei foi irregular. Isso porque o presidente da Câmara (Magela) só poderia ter votado em caso de empate. O voto de Magela garantiu a aprovação do aumento.

Caso o STJ não chegue a uma conclusão até amanhã, Cristovam tomará a decisão.

Wanderlei Pozzembom 14.4.95



Cristovam aguardava que STJ decisise sobre liminar que suspendeu aumento do IPTU para convocar ou não a Câmara